



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	35
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	36
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	37
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	38
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	41
NOTAS EXPLICATIVAS	42
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	109
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	110
PARECER DO CONSELHO FISCAL	111
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	112
PLANO DE INVESTIMENTOS	113

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta s/ VNR	1.653	1.529	8%	5.825	5.528	5%
EBITDA	1.479	1.280	16%	4.911	4.622	6%
EBITDA Caixa	1.211	1.151	5%	4.157	3.957	5%
Resultado Financeiro	(463)	(425)	9%	(1.769)	(1.750)	1%
Lucro Líquido	629	569	11%	1.808	1.839	(2%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	7.611	7.595	0,2%	29.330	27.873	5,2%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	6.244	6.254	(0,2%)	24.641	23.308	5,7%
Número de Clientes (mil)	6.758	6.624	2,0%			
DEC anualizado (horas)	10,24	10,74	(4,7%)			
FEC anualizado (interrupções)	4,09	4,98	(17,9%)			
Perdas de Distribuição (%)	15,69%	16,05%	(0,36 p.p.)			



Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2024	2023	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,90	2,90	-
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 7.611 GWh no 4T24, em linha com 4T23 e de 29.330 GWh em 2024 (+5,2% vs. 2023).
- EBITDA de R\$ 1.479 milhões no trimestre (+16% vs. 4T23) e de R\$ 4.911 milhões em 2024 (+6% vs. 2023). EBITDA Caixa (ex- VNR) no 4T24 foi de R\$ 1.211 milhões (+5% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 4.157 milhões (+5% vs. 2023).
- R\$ 2.870 milhões de Capex em 2024, maior parte dedicada à expansão da rede.
- Taxa de arrecadação de 100,32%, melhora de +0,25 p.p. em relação ao 3T24.
- DEC de 10,24h (abaixo do regulatório de 12,55h) e FEC de 4,09x (abaixo do regulatório de 6,74x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi marcado por um investimento recorde na Neoenergia Coelba. Reafirmamos o nosso compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da Bahia ao anunciar o nosso plano de investimentos até 2027, incrementando em 40% o aporte na nossa área de concessão em relação ao quadriênio anterior. Com foco na melhoria do serviço aos nossos clientes, mostramos ao longo do ano a nossa capacidade de realização com investimento bruto de cerca de R\$ 3 bilhões, o que possibilitou a ampliação da capacidade energética do estado, a realização de obras de novas ligações e a modernização da rede elétrica com a instalação de tecnologias avançadas.

Nove novas subestações foram entregues e outras seis ampliadas, aumentando em 298 MVA a oferta de energia. Foram executadas mais de 17 mil obras para a ligação de clientes, com 166 mil postes instalados e 11 mil quilômetros de novas redes elétricas.

Ainda, foi um ano em que a Neoenergia Coelba implementou um novo modelo de Gestão e Cultura, e realizou as adaptações necessárias nos procedimentos para dinamizar as entregas e aperfeiçoar os serviços oferecidos em sua área de concessão. A companhia buscou estar cada vez mais próxima dos seus clientes, praticando uma escuta ativa para entender as necessidades específicas de cada setor da sociedade, em todas as regiões do estado, e aplicar o esforço necessário para garantir a satisfação dos baianos. Ampliamos também os canais de comunicação institucional com os poderes públicos, imprensa, associações e entidades de classe, reforçando a nossa disponibilidade e transparência.

Os investimentos nas diversas regiões do estado permitiram que os indicadores de qualidade da companhia continuassem a trajetória de melhoria registrada nos últimos anos. Os resultados foram os melhores em toda sua série histórica, atendendo os níveis estabelecidos pela Aneel. A duração média de tempo que cada cliente ficou sem energia elétrica (DEC) no ano foi de 10,24 horas e o número de vezes que cada cliente, em média, teve interrupções (FEC) foi de 4,09.

Com o objetivo de oferecer maior conforto e comodidade aos nossos clientes, modernizamos nossas lojas de atendimento, ampliamos os serviços nos canais digitais, como App, WhatsApp e site, tornando o atendimento mais ágil e eficiente. Todas estas ações resultaram em uma redução de cerca de 28% da frequência de reclamações dos clientes (FER).

A Neoenergia Coelba, que já era pioneira na escola de eletricista para mulheres, teve o orgulho de lançar o primeiro programa de capacitação e desenvolvimento exclusivo para pessoas pretas e pardas do setor elétrico brasileiro, o Potencialize, desenvolvendo nossos talentos internos. A empresa também ofereceu mais de 467 mil horas de treinamentos aos seus profissionais. Ao todo, 5 turmas para a formação de eletricistas foram realizadas, incluindo 2 exclusivas para mulheres, promovendo emprego e renda para os baianos.

Com viés social e adotando as melhores práticas ESG, investimos R\$ 54,6 milhões por meio do Programa de Eficiência Energética, regulado pela ANEEL. Foram substituídas mais de 349 mil lâmpadas ineficientes por LED para clientes residenciais em comunidades e unidades do poder público e instituições filantrópicas.

Fechamos 2024 com o índice de provisão da inadimplência abaixo do limite regulatório. As ações de combate as perdas recuperaram 496 GWh de energia e a taxa de arrecadação de 100,32% foi a maior dos últimos seis anos.

A disciplina financeira continuou a ser uma prioridade na Neoenergia Coelba, que mais um ano alcança crescimento do seu EBITDA e Lucro Líquido. O EBITDA alcançou R\$ 4,9 bilhões, resultado 6% superior ao de 2023. Por sua vez, o Lucro Líquido registrado foi de R\$ 1,8 bilhão.

Iniciamos 2025 com a certeza de que seguiremos empenhados para superar os desafios e entregar o melhor serviço aos nossos clientes, sempre com foco no cliente e disciplina financeira.

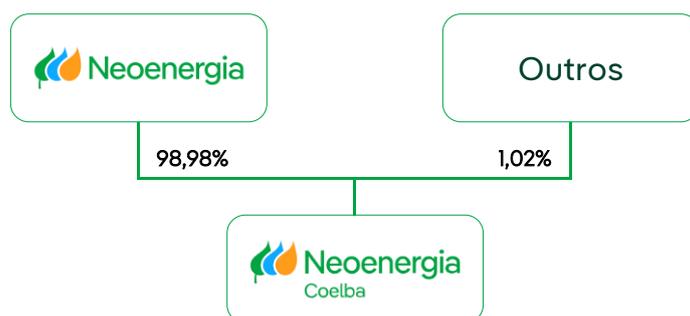
Thiago Freire Guth
Diretor-presidente da Neoenergia Coelba

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e dos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 567 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Neoenergia Coelba era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 1,53%, sendo 1,62% para a baixa tensão e 1,28% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 8,23%, totalizando R\$ 8.538,1 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 26,11% nos encargos setoriais e 9,73% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 253,27/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,82% (R\$ 5.513 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,57%.

3.2. Principais discussões tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou o 4T24 com 6.758 mil consumidores, incremento de 134 mil novos consumidores vs. 4T23 (+2,0%).

 Número de Consumidores (Em milhares)			Participação no Total %		2024 / 2023	
	2024	2023	2024	2023	Dif.	%
Residencial	6.056	5.913	89,6%	89,3%	144	2,4%
Industrial	10	10	0,1%	0,1%	-	-
Comercial	442	441	6,5%	6,7%	-	0,2%
Rural	179	191	2,6%	2,9%	(12)	(6,3%)
Outros	72	70	1,1%	1,1%	2	2,9%
Total	6.758	6.624	100,0%	100,0%	134	2,0%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) foi de 6.244 GWh no 4T24, em linha com o 4T23, e de 24.641 GWh em 2024 (+5,7% vs. 2023). Vale destacar que Neoenergia Coelba teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba		4T24 / 4T23		Participação no Total %		Neoenergia Coelba		2024 / 2023		Participação no Total %	
	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
Residencial	2.047	2.078	(31)	(1,5%)	52,0%	46,9%	8.132	7.918	214	2,7%	50,1%	47,8%
Industrial	91	176	(84)	(48,3%)	2,3%	4,0%	457	698	(241)	(34,5%)	2,8%	4,2%
Comercial	527	734	(207)	(28,2%)	13,4%	16,6%	2.566	2.912	(346)	(11,9%)	15,8%	17,6%
Rural	678	745	(68)	(9,0%)	17,2%	16,8%	2.528	2.370	158	6,7%	15,6%	14,3%
Outros	593	693	(100)	(14,4%)	15,1%	15,7%	2.552	2.662	(110)	(4,1%)	15,7%	16,1%
Total Energia Distribuída (cativa)	3.935	4.426	(491)	(11,1%)	63%	71%	16.235	16.560	(325)	(2,0%)	66%	71%
Industrial	1.199	1.066	133	12,5%	19,2%	17,0%	4.594	4.142	451	10,9%	18,6%	17,8%
Comercial	383	311	72	23,2%	6,1%	5,0%	1.425	1.135	290	25,6%	5,8%	4,9%
Rural	17	3	14	466,7%	0,3%	0,0%	41	11	30	272,7%	0,2%	0,0%
Outros	216	111	105	94,6%	3,5%	1,8%	621	420	201	47,9%	2,5%	1,8%
Mercado Livre	1.816	1.492	324	21,7%	29%	24%	6.682	5.709	973	17,0%	27%	24%
Residencial	2.047	2.078	(31)	(1,5%)	32,8%	33,2%	8.132	7.918	214	2,7%	33,0%	34,0%
Industrial	1.291	1.242	49	3,9%	20,7%	19,9%	5.051	4.841	210	4,3%	20,5%	20,8%
Comercial	910	1.045	(135)	(12,9%)	14,6%	16,7%	3.991	4.046	(56)	(1,4%)	16,2%	17,4%
Rural	694	748	(54)	(7,2%)	11,1%	12,0%	2.569	2.381	188	7,9%	10,4%	10,2%
Outros	810	804	5	0,7%	13,0%	12,9%	3.173	3.082	91	3,0%	12,9%	13,2%
Total Energia Distribuída (cativa+livre)	5.751	5.918	(167)	(2,8%)	92%	95%	22.917	22.269	648	2,9%	93%	96%
Energia de compensação GD	494	336	158	47,0%	7,9%	5,4%	1.725	1.039	686	66,0%	7,0%	4,5%
Total Energia Distribuída (cativa+livre+GD)	6.244	6.254	(10)	(0,2%)	100%	100%	24.641	23.308	1.333	5,7%	100%	100%

O consumo residencial apresentou queda de 1,5% no 4T24 vs. 4T23, em razão das menores temperaturas e aumento da geração distribuída. Já em 2024, este segmento registrou aumento de 2,7% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no 1S24, além do crescimento da base de clientes.

O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou crescimento de 3,9% no 4T24 vs. 4T23 e de 4,3% em 2024 vs. 2023, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de extrativismo e de embalagem.

A classe comercial cativa mais livre apresentou queda de 12,9% no 4T24 vs. 4T23 e de 1,4% em 2024 vs. 2023, principalmente por menores temperaturas no 2S24.

A classe rural cativa mais livre registrou redução de 7,2% no 4T24 vs. 4T23, devido a menor demanda por irrigação, dado o maior volume de chuvas no período. No ano, essa classe apresentou crescimento de 7,9% em 2024 vs. 2023.

No 4T24 o consumo das outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre ficou em linha com o 4T23, já no ano o consumo foi de +3,0% vs. 2023, com destaque para o maior consumo do Poder Público e Serviço Público.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada total, incluindo GD, atingiu o patamar de 7.611 GWh no 4T24 em linha com o 4T23 e de 29.330 GWh em 2024 (+5,2% vs. 2023), por maior base de consumidores e crescimento de geração distribuída.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	3.935	4.426	(491)	(11,1%)	16.235	16.560	(325)	(2,0%)
Mercado Livre + Suprimento	1.816	1.492	324	21,7%	6.682	5.709	973	17,0%
Energia Distribuída (A) ¹	5.751	5.918	(167)	(2,8%)	22.917	22.269	648	2,9%
Energia Perdida (B)	1.135	1.089	46	4,2%	4.291	4.003	288	7,2%
Não Faturado (C)	82	166	(84)	(50,6%)	(27)	254	(281)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	6.968	7.173	(205)	(2,9%)	27.181	26.526	655	2,5%
Energia Injetada pela GD (E)	643	422	221	52,4%	2.149	1.347	802	59,5%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	7.611	7.595	16	0,2%	29.330	27.873	1.457	5,2%

NOTA: ¹ Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	10,74%	10,81%	10,73%	10,91%	10,91%	5,31%	5,31%	5,38%	4,81%	4,78%	16,05%	16,12%	16,11%	15,72%	15,69%	15,44%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	2.850	2.913	2.928	2.987	2.965	1.407	1.430	1.466	1.318	1.299	4.258	4.343	4.394	4.304	4.264	4.167

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,69% no 4T24, seguindo sua trajetória de queda e se aproximando do seu limite regulatório, de 15,44%.

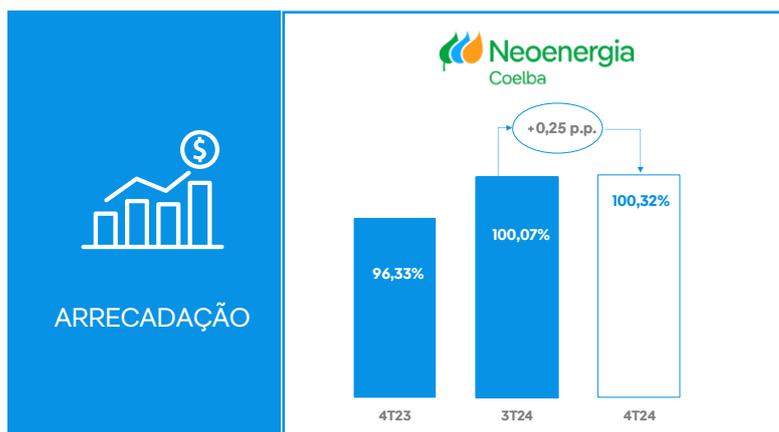
Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de 109 mil inspeções, recuperando mais de 227 GWh;
- (ii) Substituição de mais de 130 mil medidores obsoletos e/ou com possível defeito;
- (iii) Regularização de mais de 90 mil clandestinos, recuperando mais de 240 GWh;
- (iv) Levantamento e atualização da Iluminação Pública em mais de 93 mil pontos do parque de IP recuperando mais de 28 GWh;
- (v) Realização de ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



A arrecadação no 4T24 foi de 100,32%, incremento de +0,25 p.p em relação ao 3T24 e +3.99 p.p. vs. 4T23, impulsionada pela melhora da inadimplência sobretudo do setor de varejo em razão da aceleração das ações de cobrança, além de negociações significativas com grandes clientes.

PECLD/ ROB	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite Regulatório 4T24	2024	Limite Regulatório 2024
ROB	4.565	4.234	4.025	3.809	4.441	4.441	16.508	16.508
PECLD	41	54	47	41	53	50	195	199
Inadimplência	0,91%	1,28%	1,16%	1,08%	1,20%	1,13%	1,18%	1,21%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

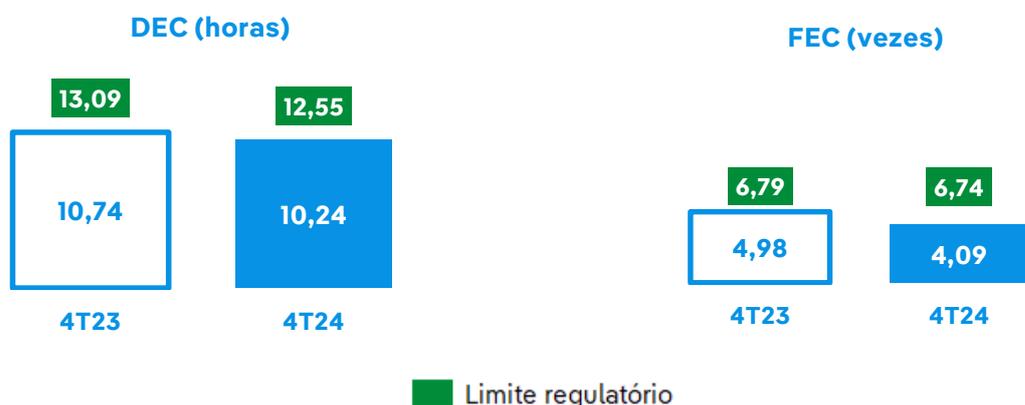
O indicador PECLD/ROB em 2024 foi de 1,18%, abaixo do seu limite regulatório de 1,21%.

No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação:

- (i) 291 mil notificações de cobranças por Whatsapp;
- (ii) Realização de 174 mil suspensões de fornecimento;
- (iii) 4,5 milhões de cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- (iv) Utilização de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão;
- (v) Negociações para 98 mil consumidores através da plataforma digital;
- (vi) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Coelba superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	4.546	3.753	793	21%	15.580	14.300	1.280	9%
Custos Com Energia	(2.893)	(2.224)	(669)	30%	(9.755)	(8.772)	(983)	11%
Margem Bruta s/ VNR	1.653	1.529	124	8%	5.825	5.528	297	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	268	129	139	108%	754	665	89	13%
Margem Bruta	1.921	1.658	263	16%	6.579	6.193	386	6%
Despesa Operacional	(387)	(339)	(48)	14%	(1.478)	(1.341)	(137)	10%
PECLD	(55)	(39)	(16)	41%	(190)	(230)	40	(17%)
EBITDA	1.479	1.280	199	16%	4.911	4.622	289	6%
Depreciação	(250)	(219)	(31)	14%	(936)	(847)	(89)	11%
Resultado Financeiro	(463)	(425)	(38)	9%	(1.769)	(1.750)	(19)	1%
IRCS	(137)	(67)	(70)	104%	(398)	(186)	(212)	114%
LUCRO LÍQUIDO	629	569	60	11%	1.808	1.839	(31)	(2%)

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.653 milhões no 4T24, (+8% vs. 4T23), impactada pelo crescimento da base de clientes (+2,0%). Em 2024, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 5.825 milhões (+5% vs. 2023), impactada positivamente por maiores volumes e pela variação da parcela B de +2,5% em abril/23, parcialmente compensada pela variação da parcela B de -4,8% no reajuste de abril/24.

A margem bruta foi de R\$ 1.921 milhões no 4T24 (+16% vs. 4T23) e de R\$ 6.579 milhões em 2024 (+6% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 387 milhões no 4T24 (+14% vs. 4T23), em razão de uma reversão pontual no plano de saúde ocorrida no 4T23 no valor de R\$ 50 milhões. Retirando esse efeito no trimestre as despesas operacionais seriam -1% vs. 4T23, absorvendo a inflação. No ano, as despesas totalizaram R\$ 1.478 milhões (+10% vs. 2023) e, expurgando esse efeito, o crescimento seria de +6% vs. 2023, em linha com a inflação.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 55 milhões (+41% vs. 4T23), influenciada pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal no 4T23. No ano, a PECLD registrou R\$ 190 milhões (-17% vs. 2023) devido às negociações exitosas com grandes clientes e ao impacto negativo dos pedidos de falência de grandes clientes ocorrido em 2023. Da mesma forma, quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) em 2024, ele encerrou em 1,18%, abaixo do limite regulatório de 1,21%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.479 milhões no trimestre (+16% vs. 4T23) e de R\$ 4.911 milhões em 2024 (+6% vs. 2023). O EBITDA Caixa (ex- VNR) no 4T24 foi de R\$ 1.211 milhões (+5% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 4.157 milhões (+5% vs. 2023), reflexo do maior mercado e boa performance operacional, compensando o impactado do reajuste negativo da parcela B neste ano.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 463 milhões no 4T24 (vs. -R\$425 milhões no 4T23), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior inflação, no ano foi de -R\$ 1.769 milhões, em linha com 2023.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 137 milhões (vs. -R\$ 67 milhões no 4T23), em virtude do maior montante de JSCP declarado no 4T23, e no ano foi de -R\$ 398 milhões (vs. -R\$ 186 milhões em 2023). O ano de 2023 foi positivamente impactado pelo incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício.

O Lucro Líquido foi de R\$ 629 milhões no 4T24, +11% vs. 4T23, e de R\$ 1.808 milhões em 2024, -2% vs. 2023.

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	629	569	60	11%	1.808	1.839	(31)	(2%)
Despesas financeiras (B)	(475)	(405)	(70)	17%	(1.774)	(1.647)	(127)	8%
Receitas financeiras (C)	63	73	(10)	(14%)	259	298	(39)	(13%)
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(51)	(93)	42	(45%)	(254)	(401)	147	(37%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(137)	(67)	(70)	104%	(398)	(186)	(212)	114%
Depreciação e Amortização (F)	(250)	(219)	(31)	14%	(936)	(847)	(89)	11%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	1.479	1.280	199	16%	4.911	4.622	289	6%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	32	27	5	19%	131	123	8	7%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(397)	(377)	(20)	5%	(1.565)	(1.634)	69	(4%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(98)	(75)	(23)	31%	(335)	(239)	(96)	40%
Juros, comissões e acréscimo moratório	24	35	(11)	(31%)	116	127	(11)	(9%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(5)	(5)	-	-	(22)	-	(22)	-
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(3)	1	(4)	(400%)	(53)	(24)	(29)	121%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(18)	(20)	2	(10%)	(59)	(58)	(1)	2%
Obrigações pós emprego	(20)	(18)	(2)	11%	(77)	(70)	(7)	10%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(76)	(68)	(8)	12%	(240)	(214)	(26)	12%
Total	(463)	(425)	(38)	9%	(1.769)	(1.750)	(19)	1%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 463 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 425 milhões no 4T23), explicado, majoritariamente, pelo aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA no período (34% do endividamento da companhia está atrelado a este indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado. No ano, o resultado financeiro foi de -R\$ 1.769 milhões, em linha com o reportado em 2023.

6. INVESTIMENTOS

Em 2024, a Neoenergia Coelba realizou Capex de R\$ 2.870 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão da rede, conforme tabela abaixo:

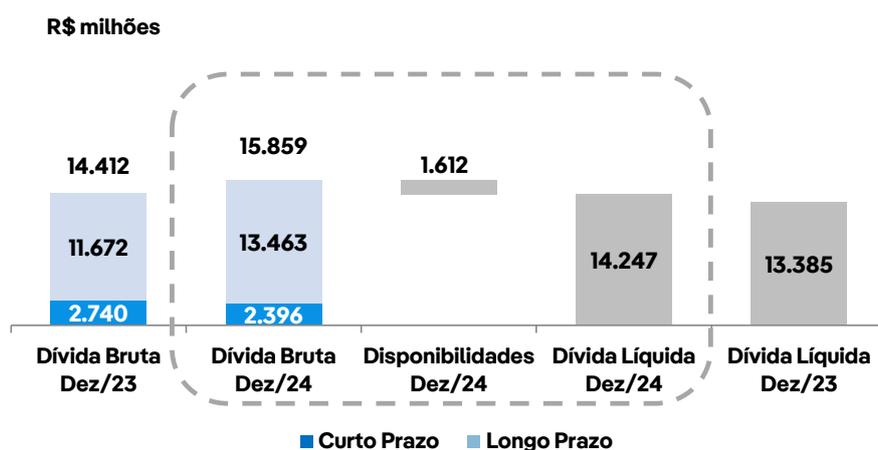
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Coelba	
	4T24	2024
Expansão de Rede	(706)	(2.154) 70%
Programa Luz para Todos	(78)	(320)
Novas Ligações	(342)	(1.134)
Novas SE's e RD's	(287)	(700)
Renovação de Ativos	(120)	(396) 14%
Melhoria da Rede	(53)	(149) 5%
Perdas e Inadimplência	(27)	(86) 3%
Outros	(112)	(232) 8%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	9	23
(=) Investimento Bruto	(1.009)	(2.993)
SUBVENÇÕES	48	146
(=) Investimento Líquido	(960)	(2.847)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(9)	(23)
(=) CAPEX	(969)	(2.870)
Base de Anuidade Regulatória	(112)	(232) 8%
Base de Remuneração Regulatória	(905)	(2.784) 92%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

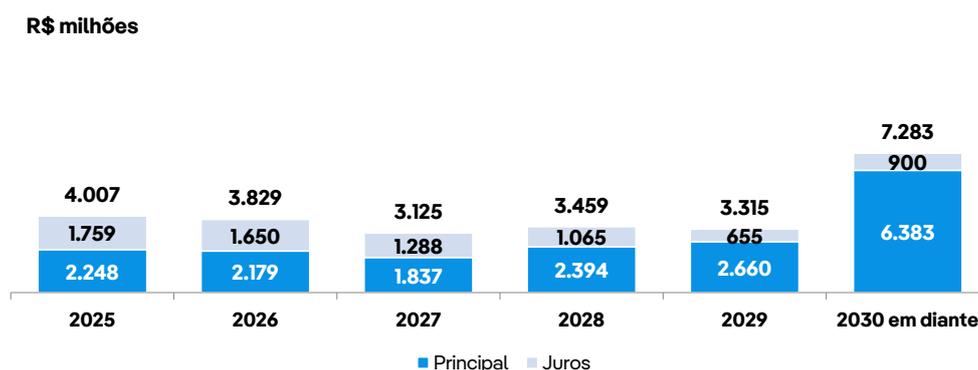
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida de Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 14.247 milhões (dívida bruta de R\$ 15.859 milhões), apresentando um crescimento de 6% (R\$ 862 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, 85% da dívida está contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1.000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	4T24	4T23	4T24 / 4T23	
			Dif.	%
Convencional	4.140	4.174	(34)	(0,8%)
Baixa Renda	1.917	1.738	178	10,3%
Total	6.056	5.913	144	2,4%

9.2. Programa Luz para todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos até dezembro de 2026.

Atualmente, a Neoenergia Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 8,0 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo 719.591 ligações. No 4T24 foram realizadas 1.924 ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	
Até 2022	704.346
em 2023	8.782
1T23	1.872
2T23	2.309
3T23	2.407
4T23	2.194
em 2024	6.463
1T24	1.386
2T24	2.081
3T24	1.072
4T24	1.924
Total Ligações Executadas	719.591

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Coelba possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 421.922 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 15/04/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 74.796 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 77.115 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 84.521 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 94.768 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Coelba reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares, sendo um membro independente e um suplente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou extraordinariamente sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;

- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricitistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricitistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;

- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	38%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Cientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
G	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
F	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia first to market, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;

- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

10.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos.

Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;
- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2024, na Neoenergia Coelba foi de R\$ 54,6 milhões. Entre as ações que merecem destaque em 2024 estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 276 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 51 mil lâmpadas em 749 instituições dessas comunidades, além da instalação de 13 sistemas solares fotovoltaico totalizando 178,5 kWp no Conjunto Habitacional Mané Dendê em Salvador e troca de 859 refrigeradores antigos para consumidores de municípios atingidos por chuvas na Bahia;

- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 891 toneladas de resíduos, com desconto de mais de R\$ 590 mil na conta de energia elétrica de cerca de 7 mil consumidores;
- Projetos Educativos em escolas públicas, capacitando quase 5 mil professores e mais de 65 mil alunos de 801 unidades de ensino sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- Projetos de Eficientização de 81 prédios públicos e comerciais assistenciais na área de concessão da distribuidora, a exemplo de unidades do TJ-BA, da PRF-BA, do TCE-BA, da DPE-BA, Policlínicas Estaduais, campis da UFRB e OSID, totalizando mais de 22 mil lâmpadas substituídas e instalação de 34 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 3,1 MWp;
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 19 municípios da Bahia (Andaraí, Bonito, Boquirá, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Coité, Formosa do Rio Preto, Ipirá, Itabela, Itaparica, Macaúbas, Madre de Deus, Mucugê, Nova Redenção, Piatã, Pojuca, Riacho de Santana, São Francisco do Conde e Wagner) com a substituição de mais de 13,7 mil pontos de IP por tecnologia LED;
- Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e benefícios para os clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 52 milhões no Programa de PDI ANEEL. Seguem os projetos de PDI da Neoenergia Coelba:

No âmbito de Tecnologias para Redes Inteligentes, a Neoenergia através do Programa de PDI, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa.

Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:

- GODEL Smart Sensor 34,5 kV, um sensor inteligente patenteado pela Neoenergia e licenciado para exploração comercial, que permite a identificação de faltas de energia e o monitoramento de perdas técnicas e não técnicas.
- GODEL MULTILINK concentrador de dados de medição que promove a transferência segura de informações entre os equipamentos do sistema elétrico e os sistemas da distribuidora.
- GODEL ANALYTICS aplicativo usado pelas empresas Neoenergia para mapear perdas técnicas e comerciais e indicar as áreas com maiores oportunidades para ações de recuperação de receitas e para o planejamento de obras de reforço na rede.
- GODEL PCOM aplicativo baseado em análise por fluxo de potência que permite o cálculo das perdas técnicas para cada componente da rede elétrica, bem como as perdas não técnicas por alimentador.
- GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há a necessidade de obras de reforço.
- GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação interoperável, voltados para aplicações de medição inteligente.

- GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. Um grande destaque é o Projeto GODEL PQA-900, que faz parte da família de tecnologias GODEL. Nesse projeto foi desenvolvido um equipamento Qualímetro, para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia, com capacidade para registros de formas de onda contínua, gerando análises técnicas mais assertivas e possibilitando o fornecimento de respostas mais completas aos clientes.

Ainda na vertente de Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos, incluindo pesquisa e proposição de indicadores de resiliência, realização de ações preventivas, recomendações regulatórias, elaboração de guia de compartilhamento de equipes, bem como o uso de tecnologias para monitoramento climático.
- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.

Na vertente de Segurança, temos:

- Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
- Sensor de Proximidade, equipamento eletrônico capaz de processar informações provenientes de diversos sensores instalados no cesto aéreo dos caminhões de linha viva, para a mitigação de acidentes elétricos.
- Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Na vertente de Sustentabilidade, temos:

- Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como o Caminhão Elétrico, com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão.
- Trilha Verde em Fernando de Noronha, que estabeleceu, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos e entregou, em 2024, o primeiro *buggy* 100% elétrico desenvolvido no projeto, além de conquistar o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º Lugar na categoria Energia Renovável em 2024 no Circuito Nacional do Setor Elétrico.

- Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN) e viabilizou a cobrança da recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA COELBA

As ações da Neoenergia Coelba são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Prêmio FNQ - A Neoenergia Coelba foi reconhecida na categoria ouro do Prêmio Melhores em Gestão (ciclo 2024) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Selo Lilás – Reconhecida pela Secretaria de Política para Mulheres, a Neoenergia Coelba recebeu o selo que tem como finalidade reconhecer e certificar as empresas baianas que adotem, efetivamente, políticas de igualdade de gênero e atuem na defesa das mulheres contra a discriminação, o assédio e a violência sexual.

Reconhecimento Operação Eleições 2024 – Entregue pelo Tribunal de Justiça da Bahia, a Neoenergia Coelba foi reconhecida pela atuação junto ao processo eleitoral de 2024. A distribuidora ampliou em 170% o número de equipes em campo, totalizando mais de 800 profissionais estrategicamente posicionados em todo o estado.

Selo da Diversidade LGBT+ - Através da Secretaria da Reparação de Salvador, o selo visa reconhecer publicamente as ações de promoção da equidade de orientação sexual e identidade de gênero na gestão de pessoas e marketing das empresas e organizações públicas, privadas e da sociedade civil da cidade do Salvador.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 870.166,00, dos quais R\$ 731.167,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 138.999,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com), e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Coelba apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	4T24	4T23	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	4.865	3.914	16.529	15.159	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(268)	(129)	(754)	(665)	Nota 3
(-) Outras receitas	(52)	(32)	(196)	(194)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	-	1	-	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	4.546	3.753	15.580	14.300	
(+) Custos com energia elétrica	(1.943)	(1.698)	(6.912)	(6.451)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(950)	(526)	(2.843)	(2.321)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.893)	(2.224)	(9.755)	(8.772)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	268	129	754	665	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.921	1.658	6.579	6.193	
(+) Custos de operação	(460)	(454)	(1.808)	(1.705)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(37)	(26)	(100)	(95)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(191)	(110)	(701)	(582)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	250	219	936	847	Nota 6
(+) Outras receitas	52	32	196	194	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	-	(1)	-	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMO)	(387)	(339)	(1.478)	(1.341)	
(+) PECLD	(55)	(39)	(190)	(230)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.479	1.280	4.911	4.622	
(+) Depreciação e Amortização	(250)	(219)	(936)	(847)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(463)	(425)	(1.769)	(1.750)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(137)	(67)	(398)	(186)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	629	569	1.808	1.839	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Neoenergia Coelba" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Coelba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente, e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	16.529	15.159
Custos		(11.563)	(10.477)
Custos com energia elétrica	4	(6.912)	(6.451)
Custos de construção	5	(2.843)	(2.321)
Custos de operação	6	(1.808)	(1.705)
Lucro bruto		4.966	4.682
Perdas de créditos esperadas	10.2	(190)	(230)
Despesas com vendas	6	(100)	(95)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(701)	(582)
Lucro operacional		3.975	3.775
Resultado financeiro	7	(1.769)	(1.750)
Receitas financeiras		259	298
Despesas financeiras		(1.774)	(1.647)
Outros resultados financeiros, líquidos		(254)	(401)
Lucro antes dos tributos		2.206	2.025
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(398)	(186)
Corrente		(121)	42
Diferido		(277)	(228)
Lucro líquido do exercício		1.808	1.839
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		6,69	6,80
Preferencial A		6,69	6,80
Preferencial B		7,35	7,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.808	1.839
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	47	(210)
Hedge de fluxo de caixa	3	(1)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(16)	71
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	34	(140)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(15)	87
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	4	(29)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(11)	58
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	23	(82)
Resultado abrangente do exercício	1.831	1.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.808	1.839
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	966	872
Baixa de ativos não circulantes	52	75
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	398	186
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	1.769	1.750
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(754)	(665)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(69)	(598)
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	(11)	29
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(94)	(84)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	284	312
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(17)	158
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(114)	(101)
Outros ativos e passivos, líquidos	(106)	(318)
Caixa gerado nas operações	4.112	3.455
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(1.123)	(1.025)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(255)	(360)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	131	123
Juros pagos - Arrendamentos	(6)	(5)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.859	2.188
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.948)	(2.546)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(169)	(835)
Resgate de títulos e valores mobiliários	160	871
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.957)	(2.510)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	3.702	3.390
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(16)	(54)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(2.612)	(2.109)
Depósitos em garantias	(2)	14
Obrigações especiais	171	224
Pagamento de principal - Arrendamentos	(15)	(14)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3 (b))	150	(9)
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(711)	(1.166)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	667	276
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	569	(46)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	956	1.002
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.525	956
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	43	8
Arrendamentos capitalizados	24	16
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	1

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.525	956
Contas a receber de clientes e outros	10	3.451	3.328
Títulos e valores mobiliários		29	18
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	311	136
Outros tributos a recuperar	8.2.1	606	1.216
Outros ativos circulantes		424	421
Total do circulante		6.346	6.075
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	178	116
Títulos e valores mobiliários		58	53
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	399	213
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	93	301
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.023	653
Depósitos judiciais	16.1 (c)	798	752
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	17.709	14.579
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	2.335	2.271
Outros ativos não circulantes		26	29
Direito de uso		45	37
Imobilizado		1	2
Intangível	13	2.272	2.802
Total do não circulante		24.937	21.808
Total do ativo		31.283	27.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	14	1.276	1.258
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.642	2.697
Passivo de arrendamento		18	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	65	179
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	358	369
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	51	48
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	435	264
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	361	417
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	316	881
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	181	98
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	180	124
Outros passivos circulantes	17	790	615
Total do circulante		6.673	6.962
Não circulante			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	14	76	69
Empréstimos e financiamentos	15.2	13.667	11.564
Passivo de arrendamento		32	28
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	195	321
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	96	81
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	819	530
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	706	366
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	283	354
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	719	770
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	488	316
Outros passivos não circulantes	17	105	85
Total do não circulante		17.186	14.484
Patrimônio líquido		7.424	6.437
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.283	27.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.988	356	(399)	472	1.898	700	-	422	6.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.808	-	1.808
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(422)	(422)
Outros resultados abrangentes	-	-	23	-	-	-	-	-	23
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros	-	-	-	90	231	1.065	(1.386)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(422)	-	(422)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.988	356	(376)	562	2.129	1.765	-	-	7.424
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.988	356	(317)	396	1.569	700	-	219	5.911
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.839	-	1.839
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(219)	(219)
Outros resultados abrangentes	-	-	(82)	-	-	-	-	-	(82)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros	-	-	-	76	329	-	(405)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(1.434)	422	(1.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.988	356	(399)	472	1.898	700	-	422	6.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	22.067	21.304
Outras receitas (*)	168	196
Perdas de créditos esperadas	(190)	(230)
Subtotal	20.045	21.270
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(7.571)	(7.074)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(3.509)	(3.184)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(80)	(105)
Subtotal	(11.160)	(10.363)
Valor adicionado bruto	10.885	10.907
Depreciação e amortização (*)	(967)	(873)
Valor adicionado líquido produzido	9.918	10.034
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	1.836	1.828
Subtotal	1.836	1.828
Valor adicionado total a distribuir	11.754	11.862
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	590	372
Benefícios	275	204
FGTS	36	35
Subtotal	901	611
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.577	2.198
Estaduais	2.811	3.620
Municipais	27	27
Subtotal	5.415	5.845
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.630	3.565
Aluguéis (*)	-	2
Subtotal	3.630	3.567
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	332	445
Dividendos	90	989
Lucros retidos	1.386	405
Subtotal	1.808	1.839
Valor adicionado distribuído	11.754	11.862

(*)Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Neoenergia Coelba - Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela NEOENERGIA S/A (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, com consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;

- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preços, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos.

A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos, principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 327 (R\$ 887 em 31 de dezembro de 2023). A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*).

É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America ⁽¹⁾	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(1) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do Fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresaria - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 506
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2023 a 08/10/2025	R\$ 10
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1.717
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Equipamento	26/12/2023 a 26/12/2024	R\$ 2
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
14	Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	7.581	7.193
Disponibilidade da rede elétrica (1)	10.438	10.467
Construção de infraestrutura da concessão	2.843	2.321
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	230	65
Valor de reposição estimado da concessão (2)	754	665
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	25	399
Outras receitas (nota 3.3)	196	194
Receita operacional bruta	22.067	21.304
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(5.538)	(6.145)
Receita operacional, líquida	16.529	15.159

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 9.119 (R\$ 9.448 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 1.319 (R\$ 1.019 em 31 de dezembro de 2023).
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2024

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 16 de abril de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.320/2024. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 1,53%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 1,28%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 1,62%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Residencial	8.132	7.918	7.879	7.806
Comercial	2.566	2.912	2.976	3.282
Industrial	457	698	678	836
Rural	2.528	2.370	1.286	1.258
Poder público	908	843	920	809
Iluminação pública	1.041	1.079	512	496
Serviços públicos	582	719	331	389
Consumo próprio	21	21	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	78	130
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(9.001)	(9.448)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	1.922	1.635
Total	16.235	16.560	7.581	7.193

- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.320/2024.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 598 (R\$ 664 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 1.203 (R\$ 883 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 53 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 68 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Energia (1)	119	(217)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	93	307
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(70)	(32)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	(178)	8
Neutralidade de encargos setoriais (5)	11	(13)
PROINFA	2	(13)
	(23)	40
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (6)	(213)	(138)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (7)	(138)	(100)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (8)	356	607
Modicidade Eletrobras (9)	90	203
Bandeira escassez hídrica (nota 11)	(174)	(197)
Neutralidade PIS/COFINS (10)	(19)	-
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (11)	32	-
RTE Covid (12)	122	-
Outros	(8)	(16)
	48	359
Total	25	399

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber no período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, em função da quitação antecipada da CDE Covid e CDE Escassez Hídrica, conforme autorizado pela MP nº 1.212/2024, resultando em uma CVA a devolver no exercício;
- (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (5) CVA ativa, referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2024;
- (6) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (7) Constituição passiva, referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;

- (8) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2024 R\$ (290) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2024, e um valor ativo de R\$ 356 em contrapartida da redução da receita no período;
- (9) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela companhia um ativo de R\$ 90 em 31 de dezembro de 2024;
- (10) Constituição de um passivo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado faturado;
- (11) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Mini Geração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública 9 de 2024; e
- (12) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário - RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública 37 de 2024.

3.3 Outras receitas

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	135	121
Comissão serviços de terceiros	22	22
Renda da prestação de serviços	43	58
Serviço taxado	10	8
Administração de faturas de fraudes	2	4
(-) Compensações regulatórias (1)	(17)	(19)
Outras receitas	1	-
Total	196	194

- (1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.808)	(3.619)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.485)	(1.357)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(17)	(17)
	(4.310)	(4.993)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(996)	(948)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(64)	(61)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(80)	(61)
Outros encargos (1)	(88)	(82)
	(1.228)	(1.152)
Total	(5.538)	(6.145)

- (l) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é 0% (zero por cento).

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	14.992	14.848	(3.311)	(3.017)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(484)	(345)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	286	97	(139)	42
Contratos por cotas de garantia física (4)	3.253	3.987	(571)	(631)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	1.827	2.172	(637)	(797)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	701	698	(242)	(237)
Energia MMGD (nota 17)	-	-	(135)	-
Outros	364	370	(154)	(167)
Subtotal	21.423	22.172	(5.673)	(5.152)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	482	449
Total	21.423	22.172	(5.191)	(4.703)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.304)	(1.323)
Encargos de conexão			(102)	(92)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (6)			(72)	(51)
Encargo de Energia de Reserva - EER (7)			(401)	(440)
Outros encargos			(19)	(16)
Subtotal			(1.898)	(1.922)
Créditos de PIS e COFINS			177	174
Total			(1.721)	(1.748)
Total dos custos com energia elétrica			(6.912)	(6.451)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A variação do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos do 28º leilão de energia nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 22 de abril de 2024;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2024 (118,33 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) A variação é decorrente da compra de energia no MCP (*Déficit*) e ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, 14 de dezembro de 2021) em relação a 2023;
- (5) A redução é decorrente do término da vigência do contrato da Termopernambuco (14 de maio de 2024);
- (6) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas que ocasionaram o aumento do despacho térmico para atendimento da elevação da carga influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta; e
- (7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva em 2024 e do aumento do PLD em 2024, comparado com 2023.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(215)	(201)
Material	(1.234)	(1.068)
Serviços de terceiros	(1.475)	(1.186)
Juros sobre obras em andamento	(43)	(29)
Outros	(45)	(50)
Obrigações especiais	169	213
Total	(2.843)	(2.321)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(435)	(75)	(279)	(789)
Administradores	-	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(474)	(22)	(169)	(665)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(821)	-	(115)	(936)
Provisão para processos judiciais	-	-	(90)	(90)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(78)	(3)	(32)	(113)
Total	(1.808)	(100)	(701)	(2.609)

				2023
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(466)	(26)	(236)	(728)
Administradores	-	-	(9)	(9)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(392)	(65)	(159)	(616)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(752)	-	(95)	(847)
Provisão para processos judiciais	-	-	(71)	(71)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(95)	(4)	(2)	(101)
Total	(1.705)	(95)	(582)	(2.382)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2024	2023
Remunerações	(362)	(353)
Encargos sociais	(166)	(160)
Auxílio alimentação	(97)	(92)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(57)	(16)
Provisão para férias e 13º salário	(96)	(89)
Plano de saúde	(122)	(95)
Participação nos resultados	(110)	(116)
(-) Transferências para ordens (2)	236	223
Outros	(15)	(30)
Total	(789)	(728)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e

(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(156)	(141)
Agente arrecadador e credenciado	(34)	(42)
Corte, ligação e religação	(66)	(53)
Atendimento e teleatendimento	(57)	(45)
Serviços técnicos e manutenções	(87)	(84)
Poda de árvore e limpeza faixa	(34)	(32)
Cobrança adm. e negativação	(8)	(9)
Inspeção técnica e perícia	(2)	(2)
Tecnologia da informação	(80)	(76)
Serviços jurídicos	(28)	(29)
Consultoria e auditoria	(4)	(3)
Comunicação	(4)	(5)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(40)	(43)
Vigilância	(8)	(7)
Outros serviços	(63)	(50)
Crédito PIS e COFINS	6	5
Total	(665)	(616)

6.3 Depreciação e amortização

	2024	2023
Quota de depreciação e amortização	(954)	(856)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(12)	(16)
Quota bens de renda	(1)	(1)
Subtotal	(967)	(873)
(-) Crédito PIS/COFINS	31	26
Total	(936)	(847)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Seguros	(7)	(7)
Despesas de viagem	(19)	(20)
Propaganda e publicidade	(24)	(17)
Multa inadimplência/contratual	125	147
Perdas/alienação/desativação	(67)	(98)
Material	(115)	(119)
Outros	(6)	13
Total	(113)	(101)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	131	123
(-) Tributos sobre receita financeira	(18)	(13)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	116	127
Atualização de depósitos judiciais	18	52
Outras receitas financeiras	12	9
	259	298
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(1.333)	(1.233)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(78)	(71)
Atualização do passivo financeiro setorial	(59)	(58)
Atualização de provisões para processos judiciais	(71)	(76)
Outras despesas financeiras	(233)	(209)
	(1.774)	(1.647)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(1.151)	(408)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	410	762
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(539)	(1.321)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	1.048	566
Perdas com variações cambiais e monetárias	(123)	(189)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	101	189
	(254)	(401)
Resultado financeiro líquido	(1.769)	(1.750)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e

- (2) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	2.206	2.025
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(750)	(689)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	113	151
Incentivos fiscais (1)	240	332
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	20
Tributos sobre o lucro	(398)	(186)
Alíquota efetiva	18%	9%
Corrente	(121)	42
Diferido	(277)	(228)

(1) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	20	31
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	272	292
Provisão para processos judiciais	144	157
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	73	78
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	47	50
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	63	57
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	38	38
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(1.453)	(1.196)
Capitalização de juros de dívida	(46)	(58)
Outros	23	21
Total passivo não circulante	(819)	(530)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(530)
Efeitos reconhecidos no resultado	(277)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(819)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(344)
Efeitos reconhecidos no resultado	(228)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	42
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(530)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher

	2024	2023
IRPJ	89	297
CSLL	4	4
Total ativo não circulante	93	301
	2024	2023
IRPJ	15	15
CSLL	36	33
Total passivo circulante	51	48

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 794 (R\$ 842 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 652 (R\$ 715 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 30 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2023).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	31	42
Amortização	(32)	(34)
Reversão	21	23
Saldo final do exercício	20	31

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2025	2026
	10	10

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	524	493
Programa de Integração Social - PIS	180	228
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	923	1.146
Outros	2	2
Total	1.629	1.869
Circulante	606	1.216
Não circulante	1.023	653

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	153	182
Programa de Integração Social - PIS	23	20
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	104	92
Impostos e contribuições retidos na fonte	40	39
Outros	13	17
Outros tributos a recolher	333	350
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	37	26
Programa de Eficiência Energética - PEE	64	100
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6	27
Outros (1)	17	(5)
Encargos setoriais	124	148
Total	457	498
Circulante	361	417
Não circulante	96	81

- (1) Até julho de 2023, a Companhia realizou o recolhimento de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizando os percentuais de 0,3% e 0,15%, respectivamente, considerando o veto da Lei nº 14.514/2022, sobre o inciso I, do art. 1º, da Lei nº 9.991, de 24/07/2000. Em dezembro de 2023, após publicação do Ofício Circular ANEEL nº 0005/2023, foi realizado ajuste retroativo do cálculo, considerando os percentuais de 0,2% e 0,1%.

8.3 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	1.247	1.889
Atualização monetária	85	143
Pagamento	(2)	-
Compensação	(308)	(785)
Saldo final do exercício	1.022	1.247
Circulante	316	881
Não circulante	706	366

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	101	132
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.054	367
Fundos de Investimento	370	457
Total	1.525	956

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	370	457
Total	370	457

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pelo grupo Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	3.797	(979)	2.818	3.659	(847)	2.812
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	13	13	-	13
Disponibilidade da rede elétrica	243	(1)	242	91	-	91
Subvenções e subsídios governamentais	395	-	395	334	-	334
Outros recebíveis	248	(87)	161	257	(63)	194
Total	4.696	(1.067)	3.629	4.354	(910)	3.444
Ativo circulante			3.451			3.328
Ativo não circulante			178			116

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer reponsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Subvenções e subsídios governamentais	149	81
Valor de face antes da alienação	149	81
Fluxo de caixa recebido pela alienação	147	80
Deságio nominal praticado	1,06%	0,83%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras.

10.1 Fornecimento de energia (não realizamos antecipações nesta categoria em 2024)

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia. A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.490	(590)	1.451	(493)
Comercial	623	(205)	613	(183)
Industrial	237	(62)	245	(56)
Rural	291	(111)	289	(99)
Poder público	171	(5)	159	(4)
Iluminação pública	113	(4)	116	(3)
Serviço público	158	(2)	150	(2)
Não faturado	714	-	636	(7)
Total	3.797	(979)	3.659	(847)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.646	(30)	1.648	(25)
Saldos vencidos:	2.151	(949)	2.011	(822)
Entre 1 e 90 dias	672	(33)	707	(35)
Entre 91 e 180 dias	127	(30)	149	(35)
Entre 181 e 360 dias	195	(67)	232	(87)
Acima de 360 dias	1.157	(819)	923	(665)
Total	3.797	(979)	3.659	(847)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(910)	(725)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(190)	(230)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	33	45
Saldo final do exercício	(1.067)	(910)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

II. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	-	(266)	(266)	-	(346)	(346)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	91	-	91	129	(143)	(14)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12	(51)	(39)	28	-	28
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	90	-	90	246	-	246
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	2	(58)	(56)	11	(51)	(40)
Outros	-	(2)	(2)	-	(4)	(4)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasso de sobrecontratação (1)	30	(107)	(77)	139	-	139
Risco hidrológico	-	(277)	(277)	-	(266)	(266)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(384)	(384)	4	(221)	(217)
Passivo conta COVID	-	-	-	-	(4)	(4)
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(19)	(19)	-	(108)	(108)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	8	(122)	(114)	478	(642)	(164)
Bandeira escassez hídrica (3)	-	-	-	174	-	174
MMGD s/ Perdas não Técnicas (nota 3.2)	32	-	32	-	-	-
RTE COVID (nota 3.2)	122	-	122	-	-	-
Outros	6	(30)	(24)	4	(8)	(4)
Total	393	(1.316)	(923)	1.213	(1.793)	(580)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	184	(533)	(349)	431	(1.097)	(666)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	209	(783)	(574)	782	(696)	86
Total	393	(1.316)	(923)	1.213	(1.793)	(580)
Passivo circulante			(435)			(264)
Passivo não circulante			(488)			(316)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um passivo de R\$ (77), decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2024, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2024 a março de 2025, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal; e

- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.213	(1.793)	(580)
Constituição (1)	1.097	(1.171)	(74)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(577)	677	100
Atualização monetária	72	(131)	(59)
Transferências (3)	(1.412)	1.102	(310)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	393	(1.316)	(923)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.945	(2.155)	(210)
Constituição (1)	1.541	(795)	746
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(1.147)	801	(346)
Atualização monetária	150	(208)	(58)
Transferências (3)	(1.276)	564	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.213	(1.793)	(580)

- (1) Em 2024, Companhia constituiu o saldo no montante de R\$(74), com destaque a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) Em 2024, a Companhia teve um efeito líquido de R\$100 referente a amortização, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; e
- (3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	14.579	12.147
Baixas	(22)	(38)
Transferência ativo contratual (1)	2.398	1.747
Transferências outros (2)	-	58
Ajustes a valor justo (3)	754	665
Saldo final do exercício	17.709	14.579
Ativo não circulante	17.709	14.579

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como Ativo de Contrato;

(2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9; e

(3) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 35 em 2024. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pela adequação do Ativo Financeiro mediante Laudo ANEEL 5º Ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	2.271	2.165
Adições (1)	2.820	2.351
Baixas	(29)	(30)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(419)	(465)
Transferências - ativos financeiros (1)	(2.398)	(1.747)
Transferências - outros	90	(3)
Saldo final do exercício	2.335	2.271
Custo	2.556	2.467
Obrigações especiais	(221)	(196)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL; e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,08%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.802
Baixas	(13)
Amortização	(936)
Transferências - ativo contratual (1)	419
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.272
Custo	12.686
Amortização acumulada	(9.658)
Obrigações especiais	(756)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.195
Baixas	(23)
Amortização	(840)
Transferências - ativo contratual (1)	465
Transferências - outros (2)	5
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.802
Custo	12.364
Amortização acumulada	(8.622)
Obrigações especiais	(940)

(1) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão; e

(2) Parcela da devolução Programa Luz Para Todos – LPT Tranche 9.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2024	2023
Energia elétrica	581	634
Encargos de uso da rede	188	208
Materiais e serviços	507	415
Energia livre (1)	76	70
Total	1.352	1.327
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (2)	1.352	1.327
Circulante	1.276	1.258
Não circulante	76	69

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição; e

(2) Inclui o programa de Antecipa Fácil.

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:

- **Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma.
- **Contrato de convênio:** O fornecedor e as instituições financeiras possuem relacionamento direto, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto 'Contrato de Convênio'), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	2024	2023
Plataforma Antecipa Fácil	176	39
Contrato de convênio	-	36
Total desembolsado	176	75
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20	3
Fluxo de caixa das atividades de investimento	156	72

O valor das obrigações está apresentado como segue:

	2024	2023
Plataforma Antecipa Fácil	28	19
Total	28	19
Circulante	28	19
Prazo médio de pagamento	60 dias	34 dias

14.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.5).

A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Empréstimos e financiamentos'), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ('Obrigações a pagar de contratos de convênio').

As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	3.358	3.000
Agências de fomento	4.223	4.023
Mercado de capitais	8.728	7.238
Empréstimos e financiamentos (1)	16.309	14.261
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(450)	151
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.525)	(956)
Títulos e valores mobiliários	(87)	(71)
Dívida líquida	14.247	13.385

- (1) Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias R\$ (4) (R\$ (2) em 31 de dezembro de 2023), nota 15.2 (a), vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, conseqüentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$	12.011	10.322
Indexados a taxas flutuantes	11.282	10.301
Indexados a taxas fixas	729	21
Denominados em US\$	3.414	2.937
Indexados a taxas flutuantes	663	632
Indexados a taxas fixas	2.751	2.305
Denominados em outras moedas	979	1.098
Indexados a taxas fixas	979	1.098
	16.404	14.357
(-) Depósitos em garantias	(4)	(2)
(-) Custos de transação	(91)	(94)
	16.309	14.261
Passivo circulante	2.642	2.697
Passivo não circulante	13.667	11.564

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2024	2023
Custo médio em % CDI (1)	98,8%	90,5%
Custo médio em taxa Pré (2)	10,7%	11,9%
Saldo da dívida	16.309	14.261
Instrumentos financeiros derivativos	(450)	151
Dívida total líquida de derivativos	15.859	14.412

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxos de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2025	2.603	1.462	(58)	4.007
2026	2.532	1.403	(106)	3.829
2027	2.047	1.158	(80)	3.125
2028	2.522	967	(30)	3.459
2029	3.168	579	(432)	3.315
Entre 2030 e 2034	5.161	749	(49)	5.861
Entre 2035 e 2039	1.159	125	-	1.284
2040 em diante	137	1	-	138
Total	19.329	6.444	(755)	25.018

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,60 anos (4,51 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	14.261	13.151
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	3.702	3.390
Amortizações de principal	(2.612)	(2.109)
Custo de captação	(16)	(54)
Pagamento de encargos de dívida	(1.123)	(1.025)
Depósitos em garantias	(2)	14
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	1.359	1.248
Variação cambial	823	(347)
Marcação a valor justo	(83)	(7)
Saldo final do exercício	16.309	14.261

(I) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 3.702, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento em 3 anos captados junto ao Santander; (ii) R\$ 700 com prazo de vencimento em 5 anos junto ao *Bank of America*; (iii) R\$ 400 junto ao BNDES com vencimento de até 10 anos; (iv) R\$ 612 via 17ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 10 anos; (v) R\$ 1.000 via 18ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 7 anos; e (vi) R\$ 790 via 19ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 6 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 3.390, pela Companhia foram: (i) R\$ 500 com prazo de vencimento em 3 anos captados junto ao Scotiabank; (ii) R\$ 500 com prazo de vencimento em 2 anos junto ao BNP Paribas; (iii) R\$ 300 via 3ª emissão de notas comerciais com prazo de vencimento final em 1 ano; (iv) R\$ 1.200 via 16ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 7 anos; e (v) R\$ 890 via 17ª emissão de debêntures com prazo de vencimento final em até 10 anos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	21/12/2026	200	-
Linhas de financiamento	R\$	31/12/2025	794	400
			1.294	400

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é de 0,28% a.a. (0,23% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 92 % dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,55
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,90	2,90
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,78	2,64

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e
- (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1 Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 3,13 % e 2,30%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(1)	(3)
Swap de moeda - US\$ vs R\$	620	130
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(100)	(277)
Swap de taxas de juros - R\$	(72)	-
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	3	(1)
Exposição líquida	450	(151)
Ativo circulante	311	136
Ativo não circulante	399	213
Passivo circulante	(65)	(179)
Passivo não circulante	(195)	(321)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	315	(292)
Contratados para proteção de outras operações	3	(1)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	132	142
	450	(151)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024			2023		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(150)	(1)	(151)	150	(1)	149
Ganho (perda) reconhecido no resultado	509	-	509	(753)	(2)	(755)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(1)	(1)	-	-	-
Liquidação financeira entradas (saídas)	104	1	105	368	1	369
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(16)	4	(12)	85	1	86
Saldo final	447	3	450	(150)	(1)	(151)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	509	-	509	(753)	(2)	(755)

15.3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	263	183	21	11	478
Adições e reversões, líquidas	77	17	2	-	96
Pagamentos	(106)	(80)	(1)	-	(187)
Atualizações monetárias	45	26	4	1	76
Saldos em 31 de dezembro de 2024	279	146	26	12	463
Circulante					180
Não circulante					283

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	230	180	20	10	440
Adições e reversões, líquidas	74	7	-	-	81
Pagamentos	(94)	(28)	-	-	(122)
Atualizações monetárias	53	24	1	1	79
Saldos em 31 de dezembro de 2023	263	183	21	11	478
Circulante					124
Não circulante					354

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos de interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 193 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 93 (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2023); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiras (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 53 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2023).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	1.769	1.618
Processos trabalhistas (2)	850	557
Processos fiscais (3)	823	729
Processos regulatórios (4)	243	216
Total	3.685	3.120

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ação indenizatória, em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 87 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023);
- Ação indenizatória em razão de um incêndio ocorrido em sua propriedade, supostamente causado pelo rompimento da rede elétrica da Companhia, no montante estimado de R\$ 73 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2023);
- Ação ajuizada visando a restituição de caução, pagamento de faturas de serviços prestados, bem como indenização por dano material em razão ausência de correção monetária pelo índice previsto entre os meses de maio a dezembro/2020 dos contratos de prestação de serviços nº 4600031329 e 4600031330, no montante estimado de R\$ 124 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2023);

- Ação ajuizada visando em caráter cautelar a prestação de contas de valores retidos a título de caução nos contratos firmados entre 2008 e 2017 e, no mérito, a restituição do saldo devido em decorrência de danos materiais e o pagamento de lucros cessantes no montante estimado de R\$ 54 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2023); e
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF pedindo que a Coelba e a CHESF sejam condenadas ao pagamento de indenização à comunidade indígena Truká por danos materiais, danos morais coletivos e dano imaterial, com pedido formal de desculpas à comunidade Truká. O autor pede, também, que a Coelba e a CHESF sejam obrigadas a regularizar o componente indígena no licenciamento ambiental da Linha de Transmissão e que o IBAMA e a FUNAI comprovem as medidas adotadas para dar regular prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental referente a linha de transmissão. Montante estimado de R\$ 57 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Processos trabalhistas: Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos.

(3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:

- Ação Anulatória visando o cancelamento do lançamento fiscal formalizado no Processo Administrativo n.º 10580.729581/2011-04 para a cobrança de multa isolada e juros por conta da não retenção de imposto de renda quando da distribuição de juros sobre capital próprio, relativamente aos períodos-base de 2006 a 2010. Valores estimados em R\$ 132 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2023).
- Ação declaratória cumulada com anulatória visando anular os débitos de IPTU do exercício 2015, relacionados aos imóveis onde funcionam 17 subestações, como também todos os demais débitos de IPTU porventura existentes em relação a tais imóveis; bem como seja declarada a inexistência da relação jurídico-tributária em relação a tais imóveis, e no que tange a outros imóveis que funcionem ou venham a funcionar como subestação de energia elétrica no Município de Salvador, anulando-se quaisquer cobranças porventura feitas a este título. Montante estimados de R\$ 51 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2023).

(4) Processos regulatórios: Referem-se às ações de natureza cível com objeto regulatório, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Ação Ordinária para anular a Resolução Normativa da ANEEL n.º 387, de 15/12/2009 e o Despacho SFF/ANEEL n.º 2.517 de 26 de agosto de 2010, que prevê um saldamento da energia livre entre geradores e as distribuidoras de energia elétrica. Valores estimados em R\$ 93 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2023); e
- Ação Ordinária para anular o Auto de Infração n.º 118/2012-SFE/ANEEL e o Despacho ANEEL n.º 2.872, de 29 de julho de 2014, referente ao suposto descumprimento de obrigações relativas à qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia. Valores estimados em R\$ 76 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2023).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) e (iv) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	402	342
Processos trabalhistas	213	231
Processos fiscais	162	162
Outros processos	21	17
Total	798	752

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

16.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	403	427
Devoluções a consumidores (2)	213	144
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	67	67
Repasse a terceiros	10	4
Bônus estratégico	11	9
Devolução MMGD (3)	135	-
Outros	56	49
Total	895	700
Circulante	790	615
Não circulante	105	85

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; e
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida); e (iii) plano de saúde pós-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	230	237
Benefícios pós-emprego	828	887
Total	1.058	1.124
Ativo não circulante - outros (1)	(19)	(15)
Passivo circulante	358	369
Passivo não circulante	719	770

- (1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (Curadores). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BA	-	826	Fechado	Superavitário
	-	826		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA	2.258	1.264	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	3.502	229	Aberto	N/A
	5.760	1.493		
Total	5.760	2.319		

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médico-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2024, o plano possui 6.125 beneficiários (713 beneficiários ativos, 2.671 beneficiários assistidos titulares e 2.741 beneficiários assistidos dependentes).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Benefício definido		Obrigações atuariais	Saúde	
			Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido		Ativo (passivo) líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(364)	507	(128)	15	(902)	(902)	
Custo do serviço	-	-	-	-	8	8	
Efeitos dos juros	(30)	43	(12)	1	(78)	(78)	
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	81	81	
Benefícios pagos pelo plano	41	(41)	-	-	-	-	
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	65	(29)	(33)	3	44	44	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(288)	480	(173)	19	(847)	(847)	
Planos superavitários	(288)	480	(173)	19	-	-	
Planos deficitários	-	-	-	-	(847)	(847)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(339)	483	(130)	14	(729)	(729)	
Custo do serviço	-	-	-	-	50	50	
Efeitos dos juros	(30)	44	(12)	2	(72)	(72)	
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	-	-	-	67	67	
Benefícios pagos pelo plano	46	(46)	-	-	-	-	
Redimensionamento	(41)	26	14	(1)	(218)	(218)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(364)	507	(128)	15	(902)	(902)	
Planos superavitários	(364)	507	(128)	15	-	-	
Planos deficitários	-	-	-	-	(902)	(902)	

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2024		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço	-	(1)	(1)
Efeitos de reduções/ liquidações (1)	-	9	9
Despesa com juros de passivos	(42)	(78)	(120)
Receita com juros de ativos	43	-	43
Total	1	(70)	(69)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	8	8
------------------------	---	---	---

	2023		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço	-	(1)	(1)
Efeitos de reduções/ liquidações (1)	-	51	51
Despesa com juros de passivos	(42)	(72)	(114)
Receita com juros de ativos	44	-	44
Total	2	(22)	(20)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	-	50	50
------------------------	---	----	----

(1) Em 2024, para o Plano de Saúde da Coelba, a Companhia apurou um ganho decorrente do efeito de reduções/liquidações no valor de R\$ 9 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2023), ocasionado majoritariamente pela migração entre planos.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2024		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do exercício	24	(360)	(336)
Redimensionamento			
Mudanças nas premissas	65	44	109
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	(33)	-	(33)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(29)	-	(29)
Efeito bruto	3	44	47
Tributos sobre o lucro	(1)	(15)	(16)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	2	29	31
Baixas e adições	-	-	-
Saldo no final do exercício	26	(331)	(305)

	2023		
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Total
Saldo no início do exercício	19	(216)	(197)
Redimensionamento			
Mudanças nas premissas	(41)	(218)	(259)
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	14	-	14
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	26	-	26
Retorno sobre direitos de reembolso	9	-	9
Efeito bruto	8	(218)	(210)
Tributos sobre o lucro	(3)	74	71
Efeito líquido em outros resultados abrangente	5	(144)	(139)
Baixas e adições	-	-	-
Saldo no final do exercício	24	(360)	(336)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2024		2023	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Valor presente das obrigações atuariais	(288)	(847)	(364)	(902)
Valor justo dos ativos	480	-	507	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(173)	-	(128)	-
Total ativo (passivo) líquido	19	(847)	15	(902)
Ativo não circulante	19	-	15	-
Passivo circulante	-	(128)	-	(132)
Passivo não circulante	-	(719)	-	(770)

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

(i) Ativos dos planos por categoria

Os ativos do plano abaixo se referem somente ao plano de benefício definido, pois o plano de saúde pós-emprego não possui ativos de cobertura.

	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	12	12	-	11	11
Outros	-	(23)	(23)	-	(13)	(13)
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – renda fixa	491	-	491	509	-	509
Total	491	(11)	480	509	(2)	507

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2024	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego
2025	35	88
2026	34	88
2027	33	87
2028	32	85
2029	31	84
Entre 2030 e 2034	137	392
Entre 2035 e 2039	102	332
2040 em diante	140	786
Total	544	1.948

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano. Com relação ao plano de saúde pós-emprego o desembolso é feito diretamente pela Companhia nos níveis demonstrados acima.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2024		2023	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	298	878	379	944
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,23%	3,68%	4,10%	4,67%
Impacto no duration da obrigação atuarial	6,99	8,41	8,63	10,24
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%				
Valor presente da obrigação atuarial	280	818	350	863
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,04)%	(3,43)%	(3,81)%	(4,29)%
Impacto no duration da obrigação atuarial	6,66	7,94	8,15	9,58

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2024		2023	
	Benefício definido	Saúde pós-emprego	Benefício definido	Saúde pós-emprego
Taxa média nominal de desconto	11,30%	11,51%	8,62%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	3,25%
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Duration (em anos)	6,82	8,17	8,38	9,90
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&f, suavizada em 20%	AT-2000 Basic	SUSEP BR - EMSsb v2015 suavizada em 15%	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Light Média	N/A	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 M	AT-1983 M	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 M
Composição familiar	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos: N/A Assistidos: Família Real.	Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente nos fluxos de pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos, tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

18.1.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes".

Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício dos planos que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PNA e PNB), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias		Pref. A		Pref. B		Total	
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	149.640.415	1.706	26.906.665	306	82.878.409	945	259.425.489	2.957
Outros	2.357.194	27	313.404	4	-	-	2.670.598	31
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B” têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	1.016	1.034
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	182	185
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	610	620
Total	1.808	1.839
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409
Total	262.096.087	262.096.087
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	6,69	6,80
Ação preferencial A (R\$)	6,69	6,80
Ação preferencial B (R\$)	7,35	7,48

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.808	1.839
Reserva legal	(90)	(76)
Reserva de incentivo fiscal	(231)	(329)
Lucro líquido ajustado	1.487	1.434
Reserva de retenção de lucros	(1.065)	-
Remuneração a distribuir	422	1.434
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	372	359
Remunerações intermediárias	50	653
Dividendos adicionais propostos	-	422
	422	1.434
Natureza da remuneração		
Dividendos	90	989
JCP	332	445
	422	1.434
Remuneração total por ação	1,61	5,47

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante bruto de R\$ 422, dos quais R\$ 90 distribuídos na forma de dividendos mínimos obrigatórios a ser submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a ser pago até 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2023, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em abril de 2024, dos quais: (i) R\$ 422, na forma de dividendos adicionais propostos, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de março de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 64 (R\$ 75 menos R\$ 11 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de junho de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 65 (R\$ 77 menos R\$ 12 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 72 (R\$ 85 menos R\$ 13 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pagos em dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 81 (R\$ 95 menos R\$ 14 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2025.

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2024					
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	75	0,2766289	0,2766289	0,3042918
AGOE de 15 de abril de 2024	Dividendos adicionais	422	1,5604558	1,5604558	1,7165014
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	77	0,2852056	0,2852056	0,3137261
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	85	0,3125962	0,3125962	0,3438559
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	95	0,3504942	0,3504942	0,3855436
		754			
2023					
RCA de 07 de março de 2023	Juros sobre capital próprio	115	0,4243706	0,4243706	0,4668077
AGOE de 18 de abril de 2023	Dividendos adicionais	219	0,8088567	0,8088567	0,8897423
RCA de 28 de junho de 2023	Juros sobre capital próprio	118	0,4350887	0,4350887	0,4785976
RCA de 26 de julho de 2023	Dividendos intermediários	567	2,0970181	2,0970181	2,3067199
RCA de 29 de setembro de 2023	Juros sobre capital próprio	109	0,4018656	0,4018656	0,4420522
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	104	0,3858254	0,3858254	0,4244080
		1.232			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	98	99
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	422	1.012
Declarados de exercícios anteriores	422	219
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(50)	(67)
Pagos no exercício	(711)	(1.165)
Saldo final do exercício	181	98

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2024, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ 31 (R\$ (139) em 31 de dezembro de 2023); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (8) (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2023).

19.4 Reservas de capital

a) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

c) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental R\$ (2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

19.5 Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei 6.404/1976, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 562 (R\$ 472 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.129 (R\$ 1.898 em 31 de dezembro de 2023).

c) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.765 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2023).

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	65	11	76
	-	65	11	76
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	11	-	61	72
Benefícios a empregados	-	-	8	8
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	170	11	181
Outros passivos (d)	1	-	-	1
	12	170	80	262

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	52	22	74
	-	52	22	74
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio (a)	48	-	63	111
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	88	10	98
Outros passivos (d)	1	-	-	1
	49	88	73	210

20.2 Transações com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(196)	-	(588)	(784)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(9)	(1)	(32)	(42)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(142)	-	(142)
	(204)	(143)	(620)	(967)

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	1	-	-	1
Custos dos serviços (a)	(358)	-	(528)	(886)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	(24)	(1)	(30)	(55)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(123)	-	(123)
	(381)	(124)	(558)	(1.063)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Afluyente Transmissão	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	-	(20)	(1)	(22)
d	Elektro	Compartilhamento de pessoal	N/A	1 ano	2025	(1)	(10)	(2)	(21)
a	Termoper-nambuco	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	25 anos	2027	-	(88)	(34)	(239)
a	Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2040	(3)	(10)	(3)	(10)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia S.A.	Contrato de FEE por aval	N/A	2 anos	2026	65	(142)	52	(123)
e	Neoenergia S.A.	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(169)	-	(88)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2044	(57)	(553)	(63)	(528)
e	Minoritários	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(11)	-	(10)	-
b	Néos	Previdência Privada	IGPM	Indeterminado	Indeterminado	3	(32)	22	(30)
a	Narandiba	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	(1)	(20)	(1)	(17)
a	Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	25 anos	2027	-	(4)	-	(5)

20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	2	4
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	2	1
Rescisões contratuais	1	3
Total	6	9

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.155	-	370	499	-	457
Títulos e valores mobiliários	5	-	82	4	-	67
Contas a receber de clientes e outros	4.696	-	-	4.354	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	506	204	-	207	142
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	17.709	-	-	14.579
Outros ativos	114	-	-	86	-	-
Total	5.970	506	18.365	4.943	207	15.245
Passivos financeiros						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	1.352	-	-	1.327	-	-
Empréstimos e financiamentos	15.177	-	1.132	13.857	-	404
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	923	-	-	580	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	188	72	-	500	-
Passivo de arrendamento	50	-	-	40	-	-
Outros passivos	433	-	5	452	-	6
Total	17.935	188	1.209	16.256	500	410

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	370	457	-	457
Títulos e valores mobiliários	82	-	82	67	-	67
Instrumentos financeiros derivativos	710	-	710	349	-	349
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	17.709	17.709	-	14.579	14.579
	1.162	17.709	18.871	873	14.579	15.452
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	1.132	-	1.132	404	-	404
Instrumentos financeiros derivativos	260	-	260	500	-	500
Outros passivos	5	-	5	6	-	6
	1.397	-	1.397	910	-	910

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 754 e R\$ 665, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	15.177	15.283	13.857	13.919

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 68	US\$ 83	2029	417	404
Passivo	R\$ 219	R\$ 268		(213)	(262)
Líquido				204	142

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 40	US\$ 47	2030	243	228
Passivo	R\$ 130	R\$ 155		(132)	(156)
Líquido				111	72

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 445	US\$ 477	2025-2029	2.710	2.272
Passivo	R\$ 2.364	R\$ 2.316		(2.406)	(2.357)
Líquido				304	(85)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	€ 93	€ 127	2025	598	686
Passivo	R\$ 545	R\$ 704		(546)	(713)
Líquido				52	(27)

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso USD					
Termo	US\$ 3	US\$ 2	2025-2026	1	(3)
Líquido				1	(3)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso EUR					
Termo	€ 2	€ 2	2025	1	(1)
Líquido				1	(1)

Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	R\$ 793	R\$ -	2030	715	-
Passivo	R\$ 793	R\$ -		(787)	-
Líquido				(72)	-

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	JPY 9.768	JPY 12.377	2026-2031	378	426
Passivo	R\$ 518	R\$ 659		(529)	(675)
Líquido				(151)	(249)

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.
- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do	6,1923	(3.414)	(3.465)	(520)	(1.040)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Dólar		3.370	3.420	513	1.026
Exposição Líquida				(44)	(45)	(7)	(14)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do	6,4363	(593)	(605)	(91)	(182)
Swap Ponta Ativa em Euro		Euro		598	610	92	183
Exposição Líquida				5	5	1	1
Dívida em Iene	Iene	Alta do	0,0395	(385)	(396)	(59)	(119)
Swap Ponta Ativa em Iene	(JPY)	Iene		378	387	58	116
Exposição Líquida				(7)	(9)	(1)	(3)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	6,1923	(18) 18	2 (2)	5 (5)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(13) 13	2 (2)	4 (4)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	1.515	142	(21)	(43)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(5.772)	(901)	(135)	(270)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(4.613)	(692)	(104)	(208)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(5.511)	(570)	(42)	(85)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	(660)	(35)	(4)	(8)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta da SOFR 6M	4,49%	660	35	4	8

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2026	5.215	3.365
2027	5.596	3.094
2028	5.951	3.197
2029	5.979	3.300
2030	6.373	3.397
Entre 2031 e 2035	39.273	18.317

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Teresa Lafuente González
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Dailton Pedreira Cerqueira
Titulares

Esdras Mamona dos Santos
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Giselle Cilaine Ilchechen Coelho
Luiz Carlos Faria Ribeiro
Titulares

José Antonio Lamenza
Gláucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Maria da Glória Guimarães dos Santos
Suplentes

DIRETORIA

Thiago Freire Guth
Diretor Presidente
Renato de Almeida Rocha
**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA** tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Ana Teresa Lafuente González - Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Leonardo Pimenta Gadelha

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Dailton Pedreira Cerqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia**, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da **Neoenergia COELBA**, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2024, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Giselle Cilaine Ilchechen Coelho

Luiz Carlos Faria Ribeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Narandiba, CEP: 41181-900, Salvador/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA COELBA alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA COELBA relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Salvador, 17 de fevereiro de 2025.

Thiago Freire Guth
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *“a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.”*

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 1.065,2 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2024, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 480/2009, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da NEOENERGIA COELBA, bem como as fontes de recursos para o exercício de 2024.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

	R\$ MM
ORÇAMENTO DE CAPITAL	2025
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Distribuição de Alta Tensão (Renovação / Expansão)	1.075
Linhas	691
Subestações / Automação	384
Distribuição em Média Tensão	1.946
Renovação / Expansão de Rede	630
Novas Ligações	1.316
Instalações Gerais	26
Projetos Especiais	948
Luz para Todos	541
Outros	407
TOTAL	3.995
FONTES DE RECURSOS	
Retenção de Lucros	1.065
Geração de caixa e recursos de terceiros	2.930
TOTAL	3.995